



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO BISEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO XVI - Nº 303 - DE 17 DE JULHO A 01 DE AGOSTO DE 2005 - R\$ 1,50



**Nenhum apoio ao governo corrupto do PT/Lula!  
Independência real dos movimentos e  
organizações de massa (CUT, UNE, MST etc.),  
o que só pode se realizar com o combate  
às reformas do governo e a defesa das  
reivindicações das massas.**

**Nenhum apoio ou ilusão na CPI dos bandos  
burgueses! Tribunais Populares para julgar e punir  
de verdade a burguesia corrupta e seus lacaios!  
Construir o Partido Operário Revolucionário!**

**Ao encontro nacional do Movimento pelo Passe Livre  
Manifesto do POR ao Congresso da UNE  
A Bolívia caminha para a revolução social (artigos do Masas)**

## Denúncias

### Para mascarar a corrupção, o Presidente da CUT é nomeado Ministro do Trabalho

Luís Marinho, que foi escolhido presidente da CUT por Lula logo que venceu as eleições, agora serve como instrumento do governo do PT para abafar as denúncias de corrupção no governo. Como Ministro do Trabalho, Marinho cumpre o papel de estreitar ainda mais os laços entre o movimento sindical e o governo do PT/Lula.

A estatização dos sindicatos e das Centrais não é um fenômeno recente. O sindicalismo varguista legitimou o controle dos sindicatos por meio dos organismos e das leis do Estado. A ditadura militar impôs o controle direto através dos interventores. E a retomada da democracia representativa (burguesa) não fez senão conservar todos os elos que atrelam os sindicatos à ordem estatal vigente. Com a chegada do PT ao poder do Estado, Lula exigiu do sindicalismo a sustentação de sua governabilidade. Além da escolha de Marinho para presidente da CUT, o PT impôs um acordo entre capitalistas e burocratas sindicais de uma Reforma Sindical que reforça o controle estatal sobre os organismos sindicais. A nomeação de Marinho para o Ministério do Trabalho faz parte dessa estratégia de sustentação do governo petista, principalmente nesse momento em que a oposição do PSDB/PFL bombardeia com as denúncias de toda espécie de falcatruas.

#### Burocracia se mobiliza

Antecedeu a posse de Marinho a reunião convocada pelo governo com todos os sindicalistas.

A direitista Força Sindical aproveitou a situação para dizer que não comparecia porque não aceitava as imposições do PT de usar as Centrais e os sindicatos para proteger o governo das denúncias. Os ladrões da Força Sindical têm a chance de comparecer como guardiões da independência, frente a um governo enfiado no pântano.

A burocracia da CUT, que pouco tempo atrás divulgou o Manifesto de apoio ao governo, ampliando a campanha de que se tratava de um golpe de direita contra um governo de "esquerda", colocou os sindicalistas para aplaudir Lula e selar o compromisso de defendê-lo no meio dos trabalhadores.

O encontro dos sindicalistas da CUT com Lula, aproveitando o fato de ter no governo o seu dirigente, mostrou como a burocracia sindical constitui uma casta vinculada à política burguesa e enraizada no Estado. Trata-se de uma burocracia que sobrevive profissionalmente dos sindicatos e, portanto, está corrompida.

#### Independência e democracia nos organismos sindicais

Estamos diante de uma integração da burocracia sindical no Estado burguês que, politicamente, supera a era varguista. Isso explica porque os capitalistas e seu governo têm podido impor livremente o desemprego, o esmagamento salarial e, conseqüentemente, a miséria à maioria. Os sindicalistas se transformaram em agentes dos exploradores.

Uma tarefa essencial da situação é a de defender no seio do proletariado e demais trabalhadores a independência e democracia dos organismos sindicais. A experiência de estatização chegou a tal ponto que não mais é possível disfarçar o papel pró-capitalista das direções.

As massas se chocarão com esse aparato. Suas necessidades elementares estão em contraposição à estrutura burocrática do sindicalismo e à prática de submissão ao Estado. A luta pela independência e democracia sindicais começa por essas necessidades. A defesa do salário e do emprego, por meio da ação direta, constitui o ponto de partida para expulsar a burocracia vendida.

#### Intensificam o desemprego e a redução de direitos

O discurso do crescimento econômico e a criação de empregos, anunciados pelo governo PT/Lula, tiveram vida curta. Os dados apontam para o aprofundamento da crise econômica.

A direitista Força Sindical, contrária a lutar pelo salário e o emprego, aproveita a situação de denúncia de corrupção, para apoiar a exigência dos capitalistas de abaixar os juros e reduzir a carga tributária.

A CUT, que procura acobertar a corrupção do PT e do governo, diz que nada tem a ver a "desaceleração econômica com a crise política". Da mesma forma que a Força Sindical, a CUT defende a redução dos juros como forma de ativar a economia e, com isso, abrir novos empregos. Mas não pretende mover uma palha para não dificultar mais ainda a governabilidade de Lula.

O fato é que qualquer sinal de redução dos lucros faz com que o patronato intensifique a exploração. A crise econômica combinada com a política mostra seus efeitos. Os empresários retomam os mecanismos de férias coletivas e de demissões.

A fábrica de fogões Continental decretou 10 dias de férias coletivas em julho. A Multibrás, também de fogões, seguiu a mesma medida. A Arouca, fabricante de fechaduras, ameaça com as demissões para impor a redução da jornada e dos salários em 25%. A Aratell abriu as demissões "voluntárias" por meio do PDV e suspendeu a cesta básica e convênio médico. A

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista.

Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Mahle Metal Leve está transferindo a usinagem, que fica na zona Sul, para o interior do Estado e já demitiu 200 operários. A Filizola, fabricante de balanças, está transferindo a parte fabril para o Mato Grosso do Sul, demitiu 150 e pretende cortar mais.

Frente a tal situação, as direções sindicais, ao invés de defenderem as reivindicações dos trabalhadores, barganham com os empresários a eliminação de direitos e cortes de salários. Ludibriam a maioria explorada com promessas de manutenção do emprego. E defendem as reivindicações patronais.

As ilusões de que o governo promoveria o crescimento e atuaria para gerar milhões de emprego se esgotaram. Está colocada a organização do movimento em defesa da escala móvel das horas de trabalho, dos direitos trabalhistas e dos salários.

## A miséria no Piauí

Debaixo dos bilhões gastos para sustentar as quadrilhas que administram o Estado, a miséria toma conta de milhões de brasileiros. Entre esses estão os trabalhadores (oleiros) do Piauí, que vivem atolados no barro e são conhecidos como “homens da lama”. São mais de 25 mil piauienses que dependem do trabalho de cavar o barro, retirar a argila e moldar os tijolos. Trabalham em média 12 horas por dia, descalços, em poços profundos e recebem R\$ 20,00 se conseguirem montar 1000 tijolos. Quase ninguém atinge essa quantidade. A renda mensal sequer chega ao salário mínimo, que é de fome.

Os “homens da lama” almejam abrir um poço próprio e fazer seus tijolos. Caso contrário, são obrigados a trabalhar para os oleiros. São homens, mulheres, adolescentes e crianças que vivem da cata da argila. Como cavar a terra é extremamente pesado, há uma divisão natural do trabalho entre eles. Mulheres,



crianças e idosos não cavam os poços, mas carregam na cabeça cerca de 2 milhares de tijolos por dia.

As doenças e a velhice chegam cedo para esses milhares de seres.

Esse exemplo é um entre centenas de outros em que vive a maioria explorada. O desemprego, o salário mínimo que não passa de esmola e as condições extremamente subhumanas do trabalho crescem dia-a-dia. Enquanto isso, rios de dinheiro são esbanjados para sustentar uma minoria burguesa corrupta.

## Carta aos trabalhadores e à juventude

# Nenhum apoio ao PT e seu governo, construir o partido operário revolucionário

Diante do desmoronamento do governo Lula e do PT, foi lançada a “Carta aos Brasileiros”, tendo à frente o MST, CUT e UNE, com o objetivo de denunciar um golpe de direita e de apoiar o governo. O conteúdo da Carta não resiste à prova dos acontecimentos. Não há nenhum golpe da direita uma vez que o governo desenvolve a política econômica do grande capital e as massas trabalhadoras se encontram bloqueadas pela política colaboracionista das direções sindicais. A oposição do PSDB/PFL aproveita a revelação da rede de corrupção montada no seio do governo para iniciar, em proveito próprio, a disputa eleitoral. O jogo de denúncias e criação de CPIs fazem parte da luta interburguesa no interior do Estado.

Os trabalhadores e a juventude oprimida devem estar alertas e não se deixarem envolver pelo chamado da burocracia sindical e das direções corrompidas do movimento popular de apoio ao governo contra o fantasma do golpe de direita. Não há que se desesperar com o desencanto perante o PT que prometia soluções contra a miséria e a fome e que em pouco tempo se mostrou corrompido até a medula.

A crise do PT e do governo Lula traz importantes lições. São

elas: 1) Fracassa a posição de que é possível reformar o capitalismo decadente; 2) Revela-se plenamente a impossibilidade de colocar o Estado burguês a serviço das necessidades da maioria explorada; 3) Mostra que a democracia dos exploradores está podre; 4) Evidencia que o Estado abriga quadrilhas, que se ligam aos partidos; 5) Comprova que a via das eleições jamais derrubará o poder das oligarquias partidárias, que expressam o grande capital; 6) E que o PT e seu governo afundaram-se definitivamente em meio a essas relações.

O PT estava morto há tempo para a causa dos trabalhadores, mas só agora sua total decomposição vem sendo exposta. O “modo de governar petista” não se distinguiu em nada dos demais partidos da burguesia. Justamente os opressores históricos dos trabalhadores e os maiores ladrões do dinheiro público (PSDB/PFL) se incumbiram de apurar a corrupção no governo Lula. E quem teve o mérito de expor a trama política e o tráfico nos porões do PT foi o mafioso Roberto Jefferson, presidente do PTB e aliado do governo.

As alianças com o sarneyismo (ala do PMDB), malufismo (PP), evangélicos (PL) e jeffersonismo (PTB) indicavam sinto-

mas de apodrecimento do petismo. Mas a direção do partido justificava que tais alianças eram um imperativo para a governabilidade. Assim, o PT montou um governo completamente independente da população oprimida e totalmente dependente dos partidos que, em última instância, controlam o Estado. Arrastou as massas para derrotar a coligação do PSDB, mas colocou seu governo a serviço da mesma política e dos bandos que parasitam os recursos do Estado.

É um erro considerar que o PT se corrompeu após ocupar o posto do governo. Apenas ampliou sua relação promíscua com os interesses econômico-financeiros que se movimentam na esfera do Estado. Antes, para se constituir em alternativa eleitoral, procurou apoio de empresários para fazer uma milionária campanha frente ao poderio da coligação PSDB/PFL/PMDB. Nos sindicatos, atuou para estatizá-los e submetê-los à conciliação de classe, corrompendo-os. É importante ter claro esse fenômeno, porque expressa o conteúdo de classe da política petista. A constituição de uma burocracia partidária que movimenta grandes somas e estabelece ligações com os negócios capitalistas são próprios de partidos burgueses. Assombrou a muitos o envolvimento de homens como José Dirceu, José Genoino e Luis Gushiken com o tráfico de influência e a politicagem. No entanto, não fizeram senão expor as leis da política burguesa. Ou seja, a política capitalista se assenta nas relações econômico-financeiras e nos interesses de grupos econômicos.

A ala esquerda do PT que pretende salvar o partido e seu governo livrando-se de Ministros e dirigentes partidários não faz senão acobertar a decomposição irremediável do PT. A posse de Tarso Genro na presidência do partido e a reforma ministerial constituem a tentativa de evitar a bancarrota do PT frente aos trabalhadores. A ascensão do presidente da CUT Luís Marinho ao Ministério do Trabalho é parte desse jogo e comprova a integração da CUT e demais organizações de massa (UNE, MST), dirigidas pelo PT e PCdoB, ao governo. É de interesse da própria burguesia que o governo do PT/Lula não se desintegre completamente, uma vez que o PT controla a CUT e disciplina os movimentos sociais, tarefa essa que nenhum dos demais partidos pode executar. O reformismo é uma arma do capital contra a construção do partido operário e contra a independência das organizações sindicais e populares.

Os trabalhadores devem deixar o PT seguir a sua própria sorte. Defendê-lo significa comprometer a luta pela independência dos explorados e pela estratégia de um governo revolucionário – o governo operário e camponês. É preciso dizer que o PT nunca foi o partido do proletariado. O seu programa desde a origem era de reforma do capitalismo. Não aplicável, transformou-se em pró-imperialista. Quem está se queimando no fogo da corrupção e na guerra de denúncias é um partido vendido à burguesia. Não cabe aos trabalhadores e à juventude



*O MST foi a Brasília expressar seu apoio ao governo atolado em corrupção*

oprimida fazer parte dos ataques, contra-ataques e manobras entre o governo petista e a oposição pessedebista/pefelista.

Historicamente, o PT encerrou seu ciclo, fracassando em todos os seus objetivos reformistas. É claro que politicamente continuará sobrevivendo para servir de instrumento de controle dos movimentos sociais. No interior dessa experiência fortalecem as condições para a construção do partido que tenha por estratégia a revolução proletária.

Esgota-se a ilusão na possibilidade de um governo democrático-popular, cuja função seria a de promover reformas e manter o capitalismo. Em contraposição levanta-se a estratégia do governo operário e camponês, resultante da revolução social. É claro que o objetivo de transformação do capitalismo em socialismo, por meio da revolução, depende de pôr em pé o partido programático. Essa constatação é reforçada com o fracasso do reformismo e a debandada do PT para os cofres da burguesia.

Chamamos os trabalhadores e a juventude a rechaçarem a bandeira petista de apoio ao governo Lula. Ao contrário, trata-se de organizar a oposição revolucionária, que combata as reformas pró-imperialistas e que parta das reivindicações elementares de emprego, salário mínimo real, terra aos camponeses, estudo a toda a juventude e rompimento com o imperialismo, dirigindo-se ao objetivo da constituição de um governo operário e camponês.

**Nenhum apoio ao governo corrupto do PT/Lula!**

Independência real dos movimentos e organizações de massa (CUT, UNE, MST etc.), o que só pode se realizar com o combate às reformas do governo e a defesa das reivindicações das massas.

**Nenhum apoio ou ilusão na CPI dos bandos burgueses! Tribunais Populares para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta e seus lacaios!**

**Construir o Partido Operário Revolucionário!**

## A crise do governo Lula

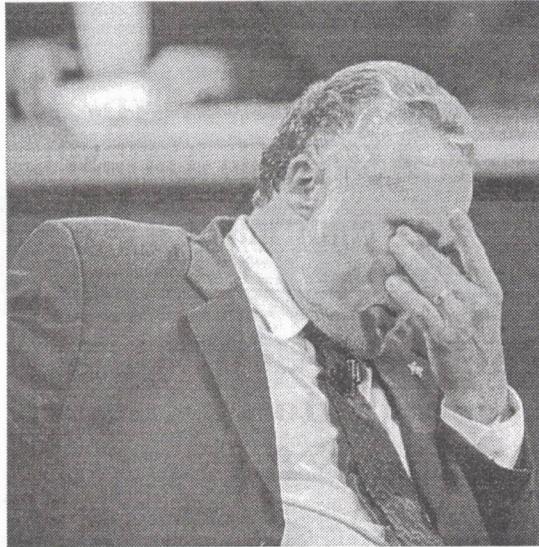
Aumentam as denúncias de corrupção com os depoimentos de Roberto Jefferson (PTB) envolvendo cada vez mais o PT e as agências de publicidade de Marcos Valério. O corrupto Roberto Jefferson comparece como defensor da moralidade, do Parlamento e das estatais. Aos poucos vai envolvendo os Ministros petistas próximos de Lula e a direção nacional do PT. Forçou o governo a colocar para fora José Dirceu e Luís Gushiken. Revelou uma prova que liga o PT a Marcos Valério (avalizador e pagador de dívidas do PT), o que provocou a saída do Presidente nacional do PT (José Genoíno), do Secretário Geral (Sílvio Pereira), do tesoureiro (Delúbio Soares) e do secretário de comunicações, Marcelo Sereeno. Às pressas, foi empossada uma direção provisória composta pelos Ministros Tarso Genro, Humberto Costa e Ricardo Berzoini, no sentido de conter a crise e evitar que as denúncias de corrupção atinjam o presidente Lula, apesar da revelação de que seu filho enriqueceu às custas do Estado.

Jefferson usa a imprensa para denunciar toda cúpula petista. Chega ao ponto de dizer que todos os parlamentares mentem sobre os recursos de campanha eleitoral, inclusive ele. E com total impunidade, Jefferson, o parlamentar que serviu a ditadura militar e o esquema de corrupção de Collor de Melo, circula com a fachada de homem que pretende fazer o bem ao país.

Os sucessivos escândalos atingindo todos os governos demonstram que a democracia burguesa funciona à base de quadrilhas, que negociam entre si e com o empresariado a condução do Estado.

### Reforma Ministerial

O crescimento da crise obrigou o governo Lula a apressar a reforma ministerial. No centro da reforma está a política de alianças com o PMDB. A distribuição de ministérios ao partido de Sarney e Renan Calheiros mostra o quanto o PT necessita da oligarquia. Atacado pelo PFL e PSDB, o PT mendiga o apoio do PMDB, tão corrupto quanto os demais partidos burgueses. No lugar de Berzoini, Ministério do Trabalho, foi nomeado o presi-



*Genoíno caiu logo após a prisão de um assessor de seu irmão com mais de 200 mil reais e 100 mil dólares*

dente da CUT, Luís Marinho. Essa é uma forma de engessar ainda mais a Central ao governo do PT.

A ala oposicionista burguesa (PSDB) declara que não incentivará a saída de Lula. Mas obriga o PT a se calar diante das denúncias de corrupção que abarcam o PSDB e chegam ao governo de FHC, a exemplo do Banestado, compra de votos para a reeleição, Rondônia etc.

Tudo isso mostra o quanto o PT tornou-se refém da oligarquia corrupta e que para chegar ao poder do Estado e administrá-lo a serviço dos interesses burgueses teve de usar os mesmos mecanismos.

### Burocracia sindical petista e direção do MST tentam salvar o governo

As direções sindicais, o MST e a UNE saíram em defesa do governo Lula. Usaram o argumento de que há um golpe de direita para afastar o governo. Os manifestos e atos reclamam hipocritamente que se apure a corrupção.

A bandeira de contrapor-se ao golpe de direita e de apuração da corrupção servem de máscara para apoiar um governo atolado na política burguesa.

Esse fato evidencia a falta de independência da direção do MST diante do PT e seu governo. Faz uma frente com a direção estalinista da UNE e a burocracia da CUT de sustentação de um gover-

no antinacional e antipopular.

Acontecimentos de tal grandeza revelam o quanto tais direções estão condicionadas pelas relações capitalistas. Particularmente, o MST, que tem feito importantes ocupações de terra, expôs o compromisso de sua direção com o governo PT/Lula, cuja consequência é a de manutenção do Estado burguês.

### As esquerdas e a CPI

Uma ala da esquerda petista (DS, APS) acusa a direção do partido de se envolver com a corrupção e procura separar o PT do governo Lula. Exigiu a saída de toda a direção do PT envolvida nos escândalos de corrupção, como se essa medida limpasse o partido. Conclui com a idéia de que é preciso resgatar o PT.

A ala mais à esquerda, O Trabalho, não aceitou a CPI, limitou-se a dizer que as denúncias de corrupção são uma investida dos setores que querem a privatização da estatais. Quer que quixotesicamente Lula modifique sua política econômica. Ao não reconhecer que a corrupção do PT demonstrou definitivamente que esse partido e o governo Lula reproduzem a ordem capitalista, passa a ser conivente.

A esquerda recém saída do PT, o PSOL (Heloisa Helena etc), está com a CPI do PFL e PSDB. Mostra o quanto são fisiológicos ao Parlamento.

O PSTU, por meio da Conlutas, denuncia a corrupção. Inicialmente, defendeu a CPI, considerando-a limitada. Em seguida, assim que o governo obteve a Presidência e o PMDB a relatoria, passou a criticar a CPI "chapa branca". Em nenhum momento, foi capaz de reconhecer que as CPIs são um instrumento da luta interburguesa.

### O governo Lula a mercê da luta interburguesa

A crise do governo Lula evidencia a impossibilidade de se reestruturar o Estado burguês, de fazer reformas sociais e de ampliar a democracia. Era esse o objetivo reformista do PT.

Embora o governo petista esteja aplicando a política econômica ditada pelo

grande capital, não teve e não tem como evitar os choques internos originados dos distintos interesses burgueses. Fracassou no objetivo de fazer um governo de negociação entre as várias frações do capital, por meio do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

Ao privilegiar a todo custo os capital financeiro e ao proteger os interesses do imperialismo, impossibilitou fazer um governo de equilíbrio entre as frações capitalistas. Facilitou, assim, que a oposição do PSDB/PFL saísse em luta aberta contra o governo Lula, utilizando das denúncias de corrupção. Como vemos, as denúncias vêm à tona com agudização das contradições econômicas e sociais.

## O governo Lula não tem como ser defendido

Depois de eleito, renunciou a governar segundo seu programa reformista. Mostrou-se mentiroso e manipulador dos anseios populares. Capitulou imediatamente aos grandes partidos da burguesia, assumindo a diretriz econômica do governo anterior. Sua preocupação foi e é de não confrontar o PSDB/PFL e de buscar apoio de governabilidade no PMDB, PP, PTB, PL. Virou as costas para os trabalhadores. Negou-se a tomar medidas em favor das massas, uma vez que teria de enfrentar a reação da burguesia e seus partidos, tendo de recorrer à mo-



Delúbio Soares (ex-tesoureiro do PT) e Marcos Valério: a ponte entre o PT e os esquemas de financiamento partidário e corrupção

bilização dos explorados.

Com essa política, o governo Lula e o PT se socorreram dos métodos, manobras e relações típicas dos partidos burgueses e da oligarquia que comanda o Estado. Colocaram-se em posição de reféns do parlamento controlado pelos grandes partidos e dos bandos que agem nos bastidores do Estado.

Tentar defender esse governo ou modificá-lo significa colocar-se contra as necessidades dos trabalhadores e a estratégia do proletariado da revolução social. As massas oprimidas rechaçarão veementemente o PT e Lula assim que compreenderem que se trata de um governo que se afundou nas negociações capitalistas e que age contra as necessidades da maioria.

## Nossa Resposta



Lula tentou salvar Genoino, mas agora tenta salvar a si próprio

O POR ressalta que a gravidade da crise está na submissão da CUT, sindicatos, entidades estudantis e do Movimento de Sem-Terra de apoio ao governo do PT/Lula. A ausência de independência os obriga a anular a ação das massas. Os trabalhadores ficam à mercê da campanha que é desenvolvida pela imprensa, em favor de uma das quadrilhas de corruptos.

O POR defende a independência dos organismos dos trabalhadores em relação ao governo e ao Estado burguês. Levanta as reivindicações das massas oprimidas de emprego, salário, direitos trabalhistas e fim das reformas neoliberais. Rechaça as CPIs e defende os tribunais populares, como organismos criados pelas massas para apurar e punir os crimes da burguesia. Propaganda a estratégia de poder da classe operária, que é a do governo operário e camponês, resultado da luta de classes contra o sistema capitalista.

A tarefa frente ao governo que traiu a confiança dos trabalhadores e que se afundou no tráfico burguês é a de sair às ruas defendendo as reivindicações das massas oprimidas. Não se trata de fazer campanha de moralização do Estado burguês, como estão indicando as esquerdas. Trata-se sim de organizar o combate nas fábricas, nos bairros, nas escolas e no campo pelo emprego a todos, salário mínimo real, entrega das terras aos camponeses e fim das reformas antinacionais e antipopulares. A estratégia dessa luta é a do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). E a tática é a de pôr em pé uma frente única antiimperialista.

## Movimento Estudantil

# Tese da CORRENTE PROLETARIA NA EDUCAÇÃO ao II Encontro Nacional do Movimento pelo Passe-livre

As manifestações pelo passe-livre em vários pontos do país indicam que a juventude está disposta a enfrentar a opressão econômica e social.

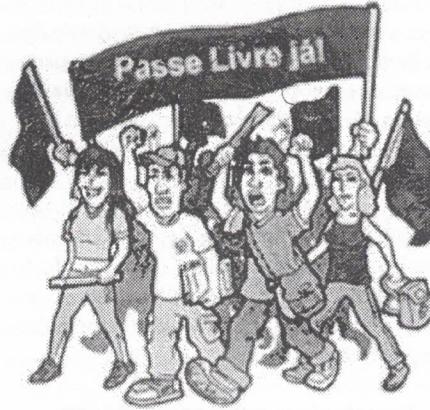
Com o desemprego e o alto custo de vida, o transporte tornou-se proibitivo para uma grande parcela da população. A imobilidade da juventude nos grandes centros urbanos prejudica seu desenvolvimento social. Torna-a prisioneira de seu lugar de moradia, veda-lhe acesso aos acontecimentos da cidade e, mais grave ainda, impede-a de se locomover para a escola e para a procura de emprego.

O fato é que valor das passagens é exorbitante em relação ao salário da maioria explorada. O salário mínimo de 300 Reais é uma afronta à existência. Uma família de quatro pessoas não tem como consumir e usar os serviços essenciais com menos de 2000 Reais. No entanto, a grande maioria sobrevive na faixa de menos de um a três salários mínimos.

O problema é mais amplo: em geral, agrava a situação com o desemprego. Cerca de dois milhões de jovens entram anualmente no mercado de trabalho. Uma parte fica desempregada, outra é empurrada para o subemprego e uma outra assume trabalhos de baixa remuneração e sacrificante. A economia capitalista já não tem como desenvolver amplamente as forças produtivas e criar postos de trabalho, que assimilem a maior parcela da jovem mão de obra. É preciso ainda dizer que com o processo de rotatividade no emprego, jovens são contratados para substituir o trabalhador adulto, ganhando salário menor.

Vivemos a época do capitalismo decadente. As inovações tecnológicas, ao invés de desenvolverem as forças produtivas e gerarem emprego, destroem definitivamente postos de trabalho. O desemprego de milhões passou a ser crônico. O exército de desempregados cresce com essa característica.

Como se vê, o impacto da exploração capitalista sobre a família operária é violento. As crianças e os jovens rece-



bem esse impacto em um momento particular de sua existência e desenvolvimento.

Os capitalistas consideram normal essa situação, pois o que lhes interessa é acumular riquezas. E os governos apenas fazem demagogia com seus programas de proteção à criança e jovens.

Não é por acaso que o governo do PT/Lula se elegeu prometendo 10 milhões de empregos, não cumpriu e não cumprirá. A miséria e a fome continuam sua firme marcha, demonstrando que não há possibilidade da burguesia e seu Estado reformarem o sistema de exploração de trabalho.

O fracasso do PT reformista, sua transformação em pró-imperialista e sua decomposição em meio à corrupção mostram que as massas não podem esperar qualquer solução vinda do poder burguês. Há exemplos suficientes da negativa do partido reformista em resolver o problema do transporte e em favorecer



aos empresários com o sistema de subsídios.

O caminho é o da mobilização em torno de uma plataforma que una a reivindicação do passe livre com a do emprego e escola a todos. O encontro nacional, de Campinas, é um passo decisivo para fortalecer a luta da juventude, que tem enfrentado dura repressão nas manifestações em vários estados. A formação de comitês por toda parte e sua centralização em um comitê nacional ampliarão o movimento para camadas crescentes da população pobre e oprimida e dão uma direção política para a luta.

O II Encontro Nacional do Movimento pelo Passe-livre tem de adotar uma plataforma de reivindicações da juventude que contemple:

1. Um plano de campanha centralizado nacionalmente por um Comitê.
  2. A vinculação da reivindicação de passe livre com emprego a todos (escala móvel das horas de trabalho), salário mínimo real com reajuste automático (escala móvel de reajuste) e escola a todos (livre acesso em todos os níveis).
  3. A defesa da estatização, sem indenização do sistema de transporte e seu controle pelos trabalhadores e a população.
  4. A defesa da liberdade de manifestação: contra a repressão e a criminalização dos movimentos sociais.
  5. A exigência de punição dos responsáveis pela morte de Anderson Amaurílio da Silveira atropelado durante uma manifestação em 2003 em Londrina.
  6. A reivindicação de abaixo as reformas neoliberais do governo PT/Lula.
  7. Rechaçar a corrupção que tomou conta do PT e de seu governo, denunciar as CPIs como um instrumento de disputa de quadrilhas e defender a constituição de um Tribunal Popular.
- Londrina/São Paulo 15 de julho de 2005

## Manifesto do POR ao 49º Congresso da UNE

Publicamos abaixo o manifesto distribuído. Na próxima edição publicaremos um balanço político.

### Nosso ponto de partida – conquistar a independência da UNE

O Congresso da UNE acontece em meio à maior crise política do governo do PT/Lula e com duas tarefas fundamentais diante de si: a luta pela real independência política diante do governo e da burguesia e a necessidade de conquistar a democracia estudantil para a organização nacional do movimento. As duas só podem ser obtidas com o combate ao governo pró-imperialista do PT/Lula e suas reformas antinacionais e antipopulares e com a destruição política da direção burocrática do PCdoB e sua substituição por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

A crise do governo é expressão da ascensão do partido reformista à direção do Estado capitalista, de um lado, e da própria crise capitalista, que acirra as disputas interburguesas de outro. Ao assumir o governo, o PT/Lula passou a deter em suas mãos a indicação dos cargos e nomeações dos ministérios e das estatais, e o controle do cofre das verbas públicas. Como partido que não se originou diretamente da classe capitalista, teve de negociar para conseguir maioria parlamentar, para cumprir seus compromissos com o capital financeiro internacional, seus organismos (FMI, Bird) e com os diversos bandos burgueses que o apoiaram.

As denúncias de corrupção, habitualmente usadas entre os bandos da burguesia como instrumentos de barganha, afloraram na atual disputa política envolvendo o núcleo do governo do PT/Lula. A oposição burguesa abriu a CPI, com propósito de desgaste eleitoral do governo e negociação de interesses. Obteve apoio de setores da esquerda petista e ex-petista, como P-Sol. A Conlutas/PSTU, ao apoiar a CPI, colocou-se também no campo da disputa entre governistas e opositoristas (PSDB/PFL). O contrário se coloca. Trata-se de denunciar o dilema: estar com o governo petista denunciado de corrupção ou com a oposição oficial, que se poussa de moralista. E defender a constituição de um Tribunal Popular (organismos das massas mobilizadas, eleitos e submetidos a elas) para julgar e punir de verdade a burguesia corrupta e seu governo. A tarefa é de denunciar o governo e a oposição de conjunto e defender a independência do movimento operário, camponês, popular e estudantil.

### Independência para enfrentar as reformas neoliberais do PT/Lula

O PCdoB/UJS fazem da UNE uma máscara de acobertamento da falência do governo, de forma a continuar colaborando com a aplicação das reformas neoliberais. A reforma universitária é o maior impulso já dado ao domínio do capital sobre o ensino superior.

Já não bastassem o Pró-Uni, o novo projeto (Enade/Sinaes), o anteprojeto de reforma universitária ainda eliminou qualquer disfarce “democrático” apoiado pelo PCdoB/UJS e usado como pretexto para ajudar o governo a enfiar a reforma universitária goela abaixo dos estudantes: o “controle social” sobre as particulares, as eleições diretas manejadas pela burocracia (que acontecerão só nas federais) e as cotas (que praticamente foram eliminadas com o prazo de dez anos de “adaptação”). Só restaram os benefícios ao capital, e ainda assim o PCdoB/UJS insistem em apoiar e embelezar a reforma privatista e destruidora do ensino público. Está colocado para esse Congresso dizer: fora o apoio às reformas neoliberais do governo PT\Lula!

### Combater o burocratismo autoritário-estalinista

Para seguir adiante na integração da UNE ao governo e apoio às medidas antiestudantis, a direção aprofunda o burocratismo. A burocratização é uma necessidade da direção que empunha a política de submissão dos movimentos ao governo e aos capitalistas. A direção conciliadora tem de afastar os estudantes de base das decisões, a fim de poder impor a política antiestudantil. O regimento deste Congresso é prova disso: um delegado para cada 2 mil estudantes é, na prática, a exclusão da maioria das bancadas das universidades públicas, onde se concentra a oposição à atual direção.

O primeiro e maior culpado pela divisão que se processa no movimento estudantil hoje é a atual direção da UNE, a UJS/PCdoB, que excluíram a representação da oposição por meio de medidas arbitrárias. Se o PSTU e outras correntes se aventuram no divisionismo da criação de nova entidade, não é só por esquerdismo, mas também porque a democracia na UNE foi abolida.

O divisionismo (do PSTU) tem sua responsabilidade ao enfraquecer a oposição interna na UNE, fortalecer o controle burocrático do estalinismo e estabelecer uma divisão artificial no movimento estudantil. Não compreende que o controle burocrático corresponde à influência política da direção majoritária, exercida principalmente nas faculdades particulares (89% do total, 70% das vagas pelo país) sobre os estudantes.

A tarefa de varrer a direção burocrática se realiza com o combate à sua política em toda parte para arrancar os estudantes de sua influência e conquistá-los, pela sua própria experiência, para a política revolucionária. É nesse processo que se destruirá a burocratização e se imporá a democracia das massas estu-

dantis, que assenta na ação direta, na mobilização e na unidade nacional dos estudantes com os movimentos sociais, em particular, o do proletariado.

É por essa política que a Corrente Proletária Estudantil atua na UNE: para lutar pela sua real independência diante do governo e para a conquista da democracia estudantil.

### Tarefas do Congresso

- Combater o governo do PT/Lula rechaçando suas reformas antinacionais e antipopulares. Denunciar aos trabalhadores e à juventude oprimida a política pró-imperialista e o assistencialismo burguês. Desmascarar as manobras de independência frente aos EUA e demais potências, que servem para acobertar o servilismo. Chamar os trabalhadores a rejeitarem o intervencionismo do Brasil nos países latino-americanos para socorrer governos ameaçados pela luta dos explorados.

- Combater o conjunto da política patronal. O governo Lula é refém dos partidos de oposição burguesa. Isso porque desde o primeiro momento aceitou as condições impostas pela classe capitalista interna e pelo capital estrangeiro. Arrastou as massas a elegê-lo e em seguida passou a governar contra elas. Os velhos partidos da ordem continuam a decidir os rumos do Estado e controlam cada passo do governo Lula. O PSDB, PFL e PMDB – os mais poderosos partidos – solapam a governabilidade e o PT é incapaz de convocar as massas em defesa de seu governo. É fundamental combater o governo do PT mostrando aos explorados sua incapacidade de confrontar a oligarquia partidária.

- Frente à corrupção que abala o governo do PT/Lula, mostrar às massas que se trata de um fenômeno próprio do capitalismo. É preciso destruir o poder da burguesia e o sistema econômico de acumulação de capital para acabar com a corrupção. O Congresso usa as CPIs a cada grande escândalo. Mostrar que as CPIs são instrumento de disputa entre as quadrilhas partidárias e um jogo de poder interno ao Estado. As esquerdas defenderam amplamente as CPIs, iludidas no PT e imbuídas na disputa eleitoral. E agora quando a CPI é contra o governo do PT e serve ao PSDB/PFL não fazem o mesmo. A corrupção no governo do PT é manifestação do apodrecimento do capitalismo. A luta dos explorados é pôr em pé um Tribunal Popular, sob o controle das massas e independente do Estado.

- Apoiar as lutas da classe operária e demais trabalhadores pelo salário e emprego, que se traduzem na escala móvel de salários e na escala móvel de horas de trabalho. Apoiar as lutas dos camponeses pobres pela terra,

pela destruição do latifúndio e pelo método das ocupações de terra com resistência (auto-defesa). Defender a aliança operário-campesina, condição para a superação dos problemas do campo através da revolução agrária.

- Lutar contra o imperialismo e a conseqüente miséria da maioria trabalhadora. O objetivo estratégico da luta antiimperialista é de expropriar o capital monopolista. Passa pela defesa de não pagamento da dívida externa e interna aos banqueiros. Rompimento de todos acordos antinacionais. Fim da sangria do Brasil. O atraso econômico, as crises e a miséria das massas não poderão ser solucionados sob o domínio do capital imperialista. Demonstrar esse vínculo e denunciar a política da burguesia nacional de sustentar o parasitismo da burguesia internacional. Combater o governo Lula como instrumento dessa política. A burguesia brasileira está completamente atada ao capital estrangeiro e escancara o país para a exploração imperialista. O saque, os limites ao desenvolvimento econômico e as quebras são descarregados sobre os assalariados e camponeses pobres. Combater a miséria é combater o imperialismo. Por essa via, avançará a tarefa

proletária de conquistar o poder e transformar o capitalismo em socialismo.

- Combater a subserviência do governo Lula. A intervenção militar do Brasil no Haiti expõe a fraqueza do PT frente aos EUA. Mostra a falácia da pretensão de independência e o palavreado de não intervenção. Colocar-se sob a política da ONU é seguir decisões das potências. Denunciar as manobras intervencionistas na América Latina. A visão de que o Brasil se destaca como potência regional responsável pela estabilidade democrática do continente latino-americano é servil ao imperialismo. O apoio a governos nacionalistas é demagógico. Não condena e combate o intervencionismo golpista e militarista dos EUA na América Latina. Faz demagogia frente à ocupação no Afeganistão e Iraque. Levantar a bandeira de nenhuma intervenção do Brasil a serviço de governos opressores e pró-imperialistas. Nenhum apoio às contra-revoluções, como a que se arma na Bolívia. Nenhuma vacilação frente à política intervencionista dos EUA, como a aplicada na Colômbia. Nenhuma proteção a governos derrubados pelo povo, como a ocorrida no Equador.

- Trabalhar pela revolução proletária na

Bolívia. O país altiplano é o mais avançado posto da luta antiimperialista. As massas protagonizam um movimento de ocupação do país. A burguesia está paralisada pelo controle do país por aqueles que arcam com a riqueza e com a fome. E o governo não governa. O imperialismo pressiona por meio da OEA para se encontrar uma saída que quebre a ação das massas e prepare o caminho para a contra-revolução sangrenta. O movimento internacional burguês contra o povo boliviano compareceu mais abertamente com a intervenção do Vaticano. A burguesia brasileira tem interesses diretos na Bolívia. Certamente, seus agentes estão trabalhando nos bastidores para limitar o alcance do levante. Nossa luta: esclarecer os trabalhadores brasileiros sobre a importância decisiva da revolução proletária na Bolívia para a luta geral do povo latino-americano; convocar as correntes que reivindicam o socialismo a constituírem uma frente de apoio à revolução e contra as manobras do MAS; divulgação das posições do POR boliviano que luta pela tomada do poder, sob a estratégia da ditadura do proletariado; denunciar cada passo do governo brasileiro de apoio à contra-revolução.

## Professores Municipais - SP

# Convenção da oposição do SINPEEM

Necessidade de unificação dos trabalhadores da educação do município para combater os ataques dos governos e derrotar a burocracia sindical

No dia 19 de agosto deste ano, será realizada a eleição para a diretoria do SINPEEM. O POR / Corrente Proletária da Educação avaliou que, nesta eleição, deveria continuar trabalhando para a manutenção da unificação das várias correntes de oposição, que vem se dando em outros sindicatos. Ou seja, também no SINPEEM considera que a conjuntura nacional exige a formação de chapas opositoras aos governos (federal, estadual e municipal) e contra as políticas neoliberais.

No município de São Paulo, enquanto Serra avança no processo de privatização e no ataque aos profissionais de educação, a ala majoritária da diretoria do SINPEEM aprofunda o colaboracionismo e a conciliação com o governo-padrão, investe no divisionismo da categoria e, cada vez mais, utiliza-se da truculência contra seus opositores, aniquilando a democracia operária no interior do sindicato.

Nas eleições passadas do SINPEEM, a unidade das correntes de esquerda não-petistas não foi possível. Naquela ocasião, as correntes que compunham a Oposição Alternativa (mesmo o PSTU) procuravam manter seus laços com o PT, alimentando a ilusão dos trabalhadores de que este partido se colocava no "campo dos trabalhadores" e "não no campo da burguesia". O POR / Corrente Proletária da Educação não pôde compactuar com esta pos-

tura, defendeu o voto nulo programático.

Nessa eleição, as correntes em função das medidas pró-imperialistas e das denúncias de corrupção envolvendo o governo PT/Lula sofreram mudanças. Recentemente, a Oposição Alternativa, principalmente o PSTU, procurou diferenciar-se dos setores abertamente governistas. A materialização desta conduta se evidenciou na formação da Conlutas.

No SINPEEM, possivelmente, por conta deste realinhamento político sairão várias chapas: umas abertamente identificadas com o governo (PC do B e PT); outras de setores "críticos" ao PT (esquerda do PT e PSOL) e chapas opositoras ao governo Lula. O POR / Corrente Proletária da Educação trabalha por uma chapa programática, que unifique os setores abertamente contrário ao PT.

### A convenção da Oposição Unificada e os problemas de método

Na tentativa de concretizar a unidade da oposição para a eleição do SINPEEM, em 03 de julho foi realizada uma convenção das correntes que combatem o burocratismo deste sindicato, consubstanciado na figura do arquipelego Cláudio, o caudilho.

Na Convenção compareceram: o POR / Corrente Proletária da Educação; a FOS; o PSTU e a OS (integrantes da Oposição Alternativa) e independentes. Estes setores já haviam integrado a Chapa 2 - Oposição Unificada na eleição da APEOESP. A novidade, nesta oca-

sião, se deu através da presença do Coletivo de Mauá que integrou a Chapa 6, na referida eleição. As correntes que formaram a Chapa 2 na APEOESP tinham a expectativa de que o Coletivo superasse seu sectarismo e atendessem ao chamado da necessária unificação, haja vista que não apresentou nenhuma divergência programática.

O Coletivo de Mauá, no entanto, já de início, condicionou a sua participação na chapa unificada a discussão e aceitação de determinados pontos, que considera questões de princípio. O POR (e também a FOS, neste caso) reivindicou a adoção do programa da Oposição Unificada para a eleição da APEOESP, onde pretendia avançar em seu caráter classista, sugerindo alterações em certos eixos. Para o Coletivo de Mauá, tomar este programa como base da discussão era trabalhar com uma "tese guia". Preferia o debate sobre questões que considerava fundamentais, da mesma forma que alguns militantes do PSTU.

A falta de um posicionamento claro, de um encaminhamento, com votação da plenária, para a definição do método a ser adotado gerou uma situação confusa. Ou a discussão deveria girar em torno de um texto básico (neste caso, o programa elaborado e votado na plenária da Oposição Unificada) ou deveríamos estabelecer e definir rigorosamente, com propostas e votação, todos os eixos a serem contemplados pelo novo programa: Conjuntura Internacional e Nacional, Política Sindical, Política Educacional, Campanha Salarial etc. Na plenária, po-

rém, não ocorreu nem uma coisa e nem outra. Foram discutidos alguns pontos e faltou a discussão de outros, foram votados alguns e outros “ficaram no ar”, como se estivessem “resolvidos”. Até mesmo as contribuições de praticamente todas as correntes não foram apreciadas. E, dada a ausência de tempo e, conseqüentemente, a impossibilidade de se realizar outra convenção até a eleição, as questões pendentes deverão ser resolvidas numa reunião de comissão.

Além disso, o Coletivo de Mauá criou, por meio de suas “questões de princípio” uma série de empecilhos à sua participação na convenção e na chapa. Conforme, pelo menos informalmente, estas questões eram atendidas com propostas de consenso, novas questões surgiam, até tornar inviável qualquer possibilidade de composição e dar-se a retirada deste grupo. Isso demonstra que não havia por parte deste agrupamento disposição de discussão e votar as possíveis divergências. Vieram à plenária para não compor.

À medida que a discussão girou em torno de determinadas questões e não de outras, privilegiou-se aquilo que era fundamental para alguns: independência do sindicato em relação aos partidos, caracterização do governo Lula e discussão sobre o rompimento com a CUT. As divergências foram votadas. O POR / Corrente Proletária da Educação se posicionou pela independência da CUT em relação ao governo, pela independência em relação aos partidos burgueses e pela não-desfiliação dos sindicatos à CUT. Nesse ponto, consideramos que houve uma falha do POR em não insistir colocar em votação a sua proposta de não-desfiliação.

Comparada à plenária da Oposição Unificada para a eleição da APEOESP, entretanto, houve um avanço na convenção da oposição do SINPEEM. Quando da composição da chapa, o POR (da mesma forma que fez na oposição da APEOESP) propôs que adotássemos o critério da proporcionalidade. A plenária acatou sem mesmo ser necessário a votação. Entendemos que esta postura fortalece a democracia operária no interior da oposição sindical.

## **A convenção da Oposição Unificada e os problemas de conteúdo**

Como já mencionamos, o erro em relação ao método acabou por prejudicar a discussão acerca do conteúdo do programa da chapa de oposição. Ao reivindicar o programa da Oposição Unificada, o POR pretendia defender algumas alterações no sentido de aprofundar seu caráter classista. Mas, não conseguiu colocar todas as suas propostas.

Em termos de política internacional / nacional, o POR- Corrente Proletária da Educação pretendia suprimir a proposta de realização de um Plebiscito Oficial como forma de barrar as negociações da ALCA. Isso porque, entende que a campanha contra a ALCA não precisa do

pretexto do plebiscito. A discussão deste ponto não ocorreu e essa defesa acabou não sendo aprofundada (apesar de ter sido colocada) e nem encaminhada para votação.

Considerando, não um problema do programa da Oposição Unificada, mas sim das contribuições do PSTU e da FOS à convenção, seria necessário reafirmar a defesa da autodeterminação dos povos. Aspecto que foi defendido pelo POR e aceito pela plenária por consenso.

Em relação à caracterização do governo Lula, foram apresentadas três propostas. A FOS apresentou a bandeira de “oposição ao governo Lula”; o PSTU apresentou “oposição de esquerda ao governo Lula” e o POR apresentou “oposição revolucionária ao governo Lula”. O POR defendeu a bandeira de “oposição revolucionária” porque expressa o conteúdo da luta direta em defesa das reivindicações dos trabalhadores e está em choque com as medidas neoliberais. A FOS cedeu à proposta do PSTU de “oposição de esquerda”, que acabou sendo vitoriosa, fortalecendo a posição do centrismo-eleitoreiro.

Em relação à política sindical, o POR defendeu “a independência dos sindicatos em relação ao Estado e seus governos”. A FOS defendeu “a independência em relação a todos os partidos”. Todos os setores se juntaram em torno da posição reacionária de “independência a todos os partidos”, o que possibilitou sua vitória. O POR procurou deixar claro que o problema está no fato dos sindicatos se atrelarem a partidos que atendem aos interesses da burguesia, mas não aqueles que atendem aos interesses do proletariado.

Ainda na política sindical, foram mantidos os pontos: que o sindicato sirva de instrumento da luta de classes contra a burguesia e seu Estado; que organize a luta contra as reformas neoliberais; que garanta a mais ampla democracia sindical; que seu funcionamento seja decidido por suas instâncias coletivas e de base; que adote a proporcionalidade direta em todas as instâncias e que se apóie na unidade e nos métodos próprios do proletariado. Entretanto, para o POR seria necessário adicionar o fim das negociações sem luta, para reforçar a idéia de que é pelo método da ação direta (pelo método próprio do proletariado) que se impõe às reivindicações dos trabalhadores. O fim do colaboracionismo das direções sindicais, mais especificamente, do SINMPEEM aos governos. E, finalmente, que a unidade dos trabalhadores é perfeitamente possível a partir de reivindicações que atendam a todos, tais como: emprego, salário, direitos trabalhistas e saúde e educação gratuitas, ou seja, que as direções burocráticas e colaboracionistas fragmentam as reivindicações dos explorados como forma de colaborar com o governo e com os patrões. A unidade ainda implica na adoção de um método próprio, que são as greves unificadas, com assembleias conjuntas, manifestações coletivas etc. É preciso rechaçar a política corporativista dos dirigentes sindi-

cais.

Em relação ao SINPEEM, o POR pretendia defender as seguintes propostas:

- Abaixo o projeto privatista de Serra;
- Piso salarial vital, calculado pela assembleia dos profissionais de educação;
- Redução da jornada de trabalho, sem redução do salário, para a garantia do ensino e de emprego a todos;
- Pela manutenção e ampliação das conquistas do plano de carreira;
- Fim da avaliação de desempenho;
- Redução de alunos por sala conforme aprovado no Congresso do SINPEEM;
- Manutenção dos professores de informática e sala de leitura;
- Defesa das condições de ensino e trabalho.

Consideramos que a maioria destes pontos são defensáveis a todos os setores presentes na convenção.

O ponto mais polêmico sobre a questão sindical se deu em torno da relação com a CUT. O PSTU foi enfático na sua defesa de ruptura com esta Central, chegou a pedir um momento de conversa com seus companheiros (interrupção da plenária) e, depois disso, dirigiu-se a FOS apelando para a retomada de sua postura de desfiliação. O próprio documento da FOS é explícito em sua oposição à CUT e não apenas à sua direção burocrática: “Contra a CUT chapa branca” e “Que se abra uma discussão na base da categoria sobre a posição que a CUT está tomando”.

É importante mencionar que o PTSU quer fazer da Conlutas uma nova central sindical. Em seu documento de contribuição, o PSTU avançou em sua proposta de ruptura com a CUT, afirmando: 1) que somente a criação de um novo instrumento de luta poderá garantir a organização vitoriosa dos trabalhadores e 2) que a ruptura com a CUT é tão necessária quanto à ruptura com o PT, pois nem um nem outro serve a luta dos trabalhadores. Assim, acrescentou mais um componente a sua proposta aparelhista e divisionista: uma total confusão entre a luta que se dá através do partido político e a luta sindical. Defendeu a CUT e participou de sua direção sem travar uma luta contra a burocracia.

Esta posição do POR, de combate à burocratização da CUT e de não-desfiliação, apresentada em outros momentos da convenção, na hora da votação sobre este ponto específico saiu prejudicada. A FOS tomou a iniciativa de contrapor-se à proposta de desfiliação da CUT, mas o fez a partir da idéia de “um problema tático”: a ruptura com a Central é necessária, segundo esta corrente, mas não deve ser feita agora, é necessário preparar a base antes. De qualquer forma, a votação (bastante dividida) favoreceu a proposta de não ruptura com a CUT.

Após a discussão desta questão, partiu-se para a composição da chapa, obedecendo o critério da proporcionalidade. Os pontos não discutidos do programa foram encaminhado à comissão.

## **Metalúrgicos-SP**

# **Balanço do movimento por contratação na Volkswagen**

A direção da Volks, como todos os capitalistas, está sempre querendo produzir e lucrar mais com menos trabalhadores.

Este ano, as vendas na indústria automobilística cresceram 36% em relação ao ano passado. Com o aumento da produção e o lançamento do Fox exportação, a Volks, para não fazer novas contratações, começou a remanejar trabalhadores de um setor para outro da fábrica. Os trabalhadores, não agüentando mais o ritmo acelerado da produção e o vai e volta de setor, começaram a reclamar em toda a fábrica.

A falta de trabalhadores é geral. Na produção, na manutenção, logística, áreas técnicas etc. A situação ficou insustentável e os companheiros da manutenção da ala 1 foram os primeiros a parar. Ficaram uma semana parados. A Volks, percebendo que a produção já estava sendo afetada, transferiu 15 mecânicos para a ala 1 e pediu um prazo de 15 dias para negociar com o sindicato as contratações. O sindicato exigiu 350 contratações.

Como a empresa queria apenas ganhar tempo, pediu para o sindicato liberar os remanejamentos de trabalhadores para outras áreas. A coordenação (chapa um), chamou uma reunião com todos os 31 representantes da comissão de fábrica e defendeu que todos os representantes deveriam liberar os remanejamentos.

Os nove representantes da Oposição chapa 2 que estavam na reunião se colocaram contra o remanejamento e disseram que continuariam fazendo a luta contra o remanejamento. Até porque seria contraditório permitir a saída de trabalhadores para outras áreas, se

faltavam trabalhadores e o movimento era por contratação.

A chapa um, pelega como sempre, resolveu assumir o desgaste com os trabalhadores e nada fez contra o remanejamento nas alas 1, 5, 8 e 14 que representam. A Oposição (chapa 2) continuou a luta, fez assembléia nas alas 2, 3, 4 e 13 que representam, e os trabalhadores aprovaram que não deveria sair ninguém, enquanto não houvesse contratações.

A empresa então fez uma lista com os nomes dos trabalhadores que deveriam ir para a ala 14. Para a Oposição, não tinha outra saída, fizeram-se assembléias e os trabalhadores aprovaram a paralisação contra os remanejamentos e por contratação. A empresa foi para cima e deu advertência para todos os trabalhadores das alas da Oposição que pararam.

A Oposição então fez um jornal chamando a unidade de todos os representantes de todas as alas para fazer uma luta unificada contra o remanejamento e por novas contratações.

A chapa um, pressionada pelos trabalhadores, começou a fazer paralisações em suas alas. O problema é que os trabalhadores das alas da Oposição que se sentiram traídos pela chapa um (que fugiu da luta no início) já não queriam mais parar.

O movimento cessou e foi para julgamento no ministério público, que apenas deu um prazo de 15 dias para sindicato e empresa negociarem uma solução para o impasse.

A situação na fábrica hoje é a mesma de antes, faltam trabalhadores em todos os setores. O mais grave

é que os trabalhadores já não falam tanto em contratação, eles querem saber agora é se a empresa vai retirar ou não as advertências. O que os trabalhadores não entenderam é que o problema não está na Volks tirar ou não as advertências. As advertências são apenas uma das formas que os patrões usam para pôr medo nos trabalhadores e fazer com que estes desistam do movimento e de defender suas reivindicações através do seu método próprio de luta que são as greves. O que mais pesou para o recuo do movimento foi a chapa um (Articulação/PT), não ter feito uma assembléia com todos os trabalhadores da fábrica, para fazer uma luta unificada contra a superexploração da empresa (remanejamentos), e pelas contratações. Ao não entrar no início da luta, a chapa um permitiu que a empresa atacasse apenas uma parte dos trabalhadores e assim dividiu o movimento.

A luta dos trabalhadores na Volks não é um fato isolado. Com o aumento da produção, todas as montadoras e autopeças estão arrancando o couro dos trabalhadores, através das horas-extras, do aumento das linhas e dos remanejamentos. Está aí porque o movimento deve se estender para todas as outras fábricas. O sindicato deve organizar um movimento de todos os metalúrgicos do ABC pela redução da jornada sem redução de salário. Temos de exigir que a CUT organize um movimento nacional de desempregados e empregados em defesa da escala móvel das horas de trabalho, que significa a divisão de todas as horas produzidas no país entre empregados e desempregados, como única forma de acabar com o desemprego.

## Escola de Quadros no Ceará

As regionais Ceará e Rio Grande do Norte do POR realizaram estudos políticos de julho, tendo por temas a crise do governo Lula e a teoria da revolução permanente de Leon Trotsky. No sábado (9\7), foi estudado coletivamente o texto publicado no Massas 302 "As raízes da crise política no País".

Discutiu-se particularmente o fracasso do reformismo petista e a importância desse fato para a construção do Partido Operário Revolucionário. Uma das tarefas do momento é defender a independência das organizações operárias, camponesas e estudantis frente ao governo que afunda em sua política pró-capitalista. O documento rechaça as CPIs e defende a constituição de um Tribunal Popular. E coloca como objetivo central levantar as bandeiras de luta da classe operária, dos camponeses e da juventude oprimida. Orienta para que o POR não se condicione ao conflito interburguês em torno da corrupção e disputa eleitoral, como têm feito as esquerdas. O que se coloca é aproveitar a crise para defender o emprego, salário, terra aos camponeses, escola para a juventude e combate ao imperialismo. A estratégia do governo operário e camponês deve ser propagandeada, junto à defesa das reivindicações das massas.

O estudo da revolução permanente se deu sobre os textos: "Mensagem do Comitê Central à Liga dos Comunistas", escrito por Karl Marx; "Introdução à Revolução Permanente" e "Que é, afinal, a Revolução Permanente? (Teses), de Leon Trotsky. O estudo visou a compreender a origem da elaboração da revolução permanente em Marx e seu desenvolvimento com as contribuições de Trotsky frente à revolução na Rússia, a partir de 1905.

Publicaremos no próximo número do Massas as Teses da Revolução Permanente.

### Formação Política

O POR prossegue com seu curso de formação política permanente. Está em andamento o estudo das revoluções burguesas e das revoluções proletárias. Os últimos encontros discutiram a Revolução Alemã de 1848 e os textos de Marx *A luta de classes na França* e *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Eis os extratos discutidos:

## Conclusões sobre a Revolução Alemã de 1848

### Marx

Não se deve confundir a revolução prussiana de março nem com a revolução inglesa de 1648, nem com a revolução francesa de 1789. Em 1648, a burguesia estava aliada com a nobreza moderna contra a monarquia, a aristocracia feudal e a Igreja dominante. Em 1789, a burguesia estava aliada com o povo contra a monarquia, a nobreza e a Igreja dominante.

Nas duas revoluções, a burguesia era a classe que efetivamente estava na ponta do movimento. O proletariado e as frações das classes médias não pertencentes à burguesia ou não tinham ainda interesses distintos da burguesia, ou ainda não formavam classes ou frações de classe desenvolvidas de modo indepen-

dente. Por conseguinte, onde elas se opuseram à burguesia, como por exemplo e 1793 a 1794 na França, não lutaram a não ser pela imposição dos interesses da burguesia, embora não ao modo da burguesia. Todo o Terror na França não foi nada mais do que uma maneira plebéia de acabar com os inimigos da burguesia, o absolutismo, o feudalismo e o espírito pequeno-burguês. As revoluções de 1648 e de 1789 não foram as revoluções inglesa e francesa, foram revoluções de tipo europeu.

Não houve nada disso na revolução prussiana de março. Bem longe de ser uma revolução européia, era apenas o retardo e o débil de uma revolução européia num país atrasado. A revolução prussiana de março não foi sequer nacional, alemã, era desde o princípio provin-

cial-prussiana.

A burguesia alemã tinha se desenvolvido com tanta indolência, covardia e lentidão que, no momento em que se ergueu ameaçadora em face ao feudalismo e do absolutismo, percebeu diante dela o proletariado ameaçador, bem como todas as frações da burguesia cujas idéias e interesses são aparentados aos do proletariado. A burguesia prussiana, não era, como a burguesia francesa de 1789, a classe que, frente aos representantes da antiga sociedade, da monarquia e da nobreza, encarnava toda a sociedade moderna. Ela havia decaído ao nível de uma espécie de casta, tanto hostil à Coroa como ao povo; estava disposta desde o início a trair o povo e ao compromisso com o representante coroado da velha sociedade, pois ela mesma já pertencia à

velha sociedade; representando não os interesses de uma sociedade nova contra uma sociedade velha, mas interesses renovados no interior de uma sociedade envelhecida; estava ao leme da revolução não porque o povo estava atrás dela, mas porque o povo a empurrava à sua frente. Assim se encontrou a burguesia prussiana, depois da revolução de março, ao leme do Estado prussiano. (*A Burguesia e a Contra-Revolução* - Marx, 15 de dezembro de 1848)

A história da burguesia prussiana, como em geral da burguesia alemã de março a dezembro, demonstra que na Alemanha uma revolução puramente burguesa e a fundação do domínio burguês, sob a forma da monarquia constitucional, são impossíveis; que apenas são possíveis a contra-revolução feudal absolutista ou a revolução social-republicana. (31/12/1848 - Marx)

### Lenin

Isso nos oferece 4 teses importantes:

1. A inconclusa revolução alemã se diferencia da francesa, levada a seu fim, em que a burguesia traiu, não só o democratismo, em geral, mas os camponeses em particular;
2. A base para a realização completa da revolução democrática é a criação de uma classe camponesa livre;

3. A criação de uma classe tal implica a abolição das cargas tributárias feudais, a destruição do feudalismo, mas não é todavia, de maneira nenhuma, a revolução socialista;

4. Os camponeses são os aliados "mais naturais" da burguesia, isto é da burguesia democrática, a qual sem eles é "impotente" frente à reação. (*Obras Completas-Lenin*, IV, pág.132)

### Engels

Os interesses do proletariado exigiam imperativamente unificar a Alemanha em uma só nação e varrer toda a imundice histórica do campo em que a burguesia e o proletariado teriam de medir suas forças.

### Marx e Engels (dez. de 1847 - jan. de 1848)

"Na Alemanha, o Partido Comunista luta de acordo com a burguesia, todas as vezes que a burguesia age revolucionariamente contra a monarquia absoluta, o latifúndio feudal e a pequena burguesia. Mas, em nenhum momento, descuida de acordar nos operários uma consciência clara e nítida do antagonismo violento que existe entre a burguesia e o proletariado, a fim de que, chegada a hora, os operários alemães saibam converter as condições políticas e sociais, criadas pelo regime burguês, num número igual de

armas contra a burguesia, para assim que estejam destruídas as classes reacionárias da Alemanha, possa começar a luta contra a própria burguesia.(...) Os comunistas não se rebaixam a dissimular as suas opiniões e os seus projetos. Proclamam abertamente que os seus fins só podem ser atingidos com a destruição violenta de toda a ordem social passado".

### Mensagem do comitê Central à Liga dos Comunistas, março de 1850 - Marx/Engels

Reivindicações do Partido Comunista na Alemanha (Marx e Engels entre 21 e 29 de março de 1848)

1. Toda Alemanha será declarada uma república una e indivisível.
2. Todo alemão de 21 anos de idade será eleitor e elegível, desde que não tenha sofrido nenhuma condenação criminal.
3. Os representantes do povo serão remunerados, a fim de que também o trabalhador possa tomar assento no parlamento do povo alemão.
4. Armamento geral do povo. No futuro os exércitos serão, ao mesmo tempo, exércitos de trabalhadores, assim o exército não apenas consumirá como antes, mas sim produzirá mais ainda do que o montante dos seus custos de manutenção. Isso é, além de tudo, um meio para a organização do trabalho.

## Curso sobre as Revoluções Burguesas - Revolução Francesa de 1848

1. Nos livros *As Lutas de Classes na França* e *O Dezoito Brumário*, Marx faz a generalização teórica da experiência da revolução democrático-burguesa de 1848 e elabora um conjunto de conceitos básicos da teoria da revolução proletária. Entre suas teses, ressaltam as lições acerca da necessidade, para a classe operária, de atuar de maneira independente, com suas reivindicações, objetivos, ideologia e partido próprios. Premissas indispensáveis para que o proletariado desenvolva uma política correta de aliados, conquiste sua direção e cumpra, à frente das massas populares, sua missão histórica de ser a força motriz principal na transformação revolucionária da sociedade capitalista em socialista. Marx

formula, pela primeira vez, a causa e a bandeira do movimento operário revolucionário: apropriação dos meios de produção pela sociedade e abolição do trabalho assalariado, o capital e as relações capitalistas.

2. No estudo de 1848 a 1851, Marx destaca três períodos principais:

a) O primeiro período – de 24 de fevereiro (data da queda de Luís Felipe) até 4 de maio de 1848 (data da instalação da Assembléia Constituinte), chamado de prólogo da revolução. O governo provisório. Todos os elementos que haviam preparado ou feito a revolução – a oposição dinástica, a burguesia republicana, a pequena burguesia democrático-repu-

blicana e os trabalhadores social-democratas – encontraram provisoriamente seu lugar no governo de fevereiro. O objetivo inicial das jornadas de fevereiro era uma reforma eleitoral, pela qual seria alargado o círculo dos elementos politicamente privilegiados da própria classe possuidora e derrubado o domínio exclusivo da aristocracia financeira. Quando estalou o conflito de verdade, quando o povo levantou as barricadas, a Guarda Nacional manteve uma atitude passiva, o exército não ofereceu resistência séria e a monarquia fugiu, a República apareceu ser a seqüência lógica. Tendo-a conquistado de armas na mão, o proletariado imprimiu-lhe sua chance-la e proclamou-a uma República social.

Enquanto o proletariado de Paris deleitava-se ainda ante a visão das amplas perspectivas que se abriam e se entregava às discussões sérias sobre os problemas sociais, as velhas forças da sociedade haviam se agrupado, reunido e encontrado apoio inesperado da massa da nação: os camponeses e a pequena burguesia, que se precipitaram de golpe sobre a cena política depois que as barreiras de Monarquia de julho caíram por terra.

b) O segundo período, de 4 de maio de 1848 até fins de maio de 1849, é o período da Constituição, da fundação de República burguesa. A Assembléia Nacional, que se reunira a 4 de maio de 1848, sendo o resultado de eleições nacionais, representava a nação. O proletariado de Paris, que compreendeu imediatamente o caráter dessa Assembléia Nacional, tentou em vão, a 15 de maio, anular pela força a sua existência, dissolvê-la. Como se sabe, o 15 de maio não teve outro resultado senão o de afastar Blanqui e seus camaradas, isto é, os verdadeiros dirigentes do partido proletário da cena pública durante todo esse ciclo. A monarquia burguesa de Luís Felipe só pôde suceder uma República burguesa. “As reivindicações do proletariado de Paris são devaneios utópicos”. A essa declaração da Assembléia Nacional Constituinte, o proletariado de Paris respondeu com a Insurreição de junho, o acontecimento de maior envergadura na história das guerras civis da Europa. A República burguesa triunfou. Ao seu lado alinhavam-se a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, a pequena burguesia, o exército, o lumpem-proletariado organizado em Guarda Móvel, os intelectuais, o clero e a população rural. Mais de 3 mil mortos e 15 mil deportados. Com essa derrota, o proletariado passa para o fundo da cena revolucionária.

- de 4 de maio a 25 de junho de 1848. Luta de todas as classes contra o proletariado. Derrota do proletariado nas jornadas de junho;

- de 25 de junho a 10 de dezembro de 1848. Ditadura dos republicanos burgueses puros. Elaboração do projeto da Constituição. Proclamação do estado de sítio em Paris. A ditadura burguesa é posta à margem a 10 de dezembro com a

eleição de Bonaparte para presidente;

- De 20 de dezembro de 1848 a 28 de maio de 1849. Luta da Assembléia Constituinte contra Bonaparte e contra o partido da ordem, aliado a Bonaparte. Fim da Assembléia Constituinte. Queda da burguesia republicana.

c) O terceiro período, de 28 de maio de 1849 a 2 de dezembro de 1851, período da República Constitucional ou da Assembléia Nacional Legislativa. A república parlamentar, juntamente com a burguesia, apossa-se de todo o cenário; mas o 2 de dezembro de 1851 a enterra.

- De 28 de maio de 1849 a 13 de junho de 1849. Luta da pequena burguesia contra a burguesia e contra Bonaparte. Derrota da democracia pequeno-burguesa.

- De 13 de junho de 1849 a 31 de maio de 1850. Ditadura parlamentar do partido da ordem. Completa seu domínio com a abolição do sufrágio universal, mas perde o ministério parlamentar.

- De 31 de maio de 1850 a 2 de dezembro de 1851. Luta entre a burguesia e Bonaparte. Fim do regime parlamentar e do domínio burguês. Vitória de Bonaparte. Paródia de restauração do império. (Marx - 18 Brumário)

2. No auge das décadas de 1830 e de 40 existia o domínio político da oligarquia financeira, no entanto, a crise de 1848 precipitou sua derrota. A crise foi a causa material da revolução de 1848 e seus efeitos constituíram a base objetiva da política de alianças na coalizão contra Luís Felipe. Por sua vez, a prosperidade industrial – que se iniciou em meados de 1848 e teve seu apogeu em 1849 e 1850 – foi o fundamento da recuperação reacionária, a vitória da contra-revolução e o novo predomínio da grande burguesia.

3. Engels: “Os burgueses liberais da oposição parlamentar realizavam banquetes a favor da aplicação de uma reforma eleitoral que assegurasse a supremacia de seu partido. Vendo-se cada vez mais obrigados a apelar para o povo na luta que sustentavam contra o governo, não tinham outro remédio senão tolerar que os setores radicais e republicanos da burguesia e da pequena burguesia pouco a pouco se colocassem à frente. Mas por trás desses setores estavam os operários revolucionários que,

após 1830, haviam adquirido muito mais independência política do que imaginavam os burgueses e mesmo os republicanos. Ao verificar-se a crise entre o governo e a oposição, os operários deram início à luta nas ruas. Luís Felipe desapareceu, e com ele a reforma eleitoral. O seu lugar foi ocupado pela República, e uma República que os próprios operários vitoriosos chamavam de República social. Mas agora os operários possuíam armas e eram uma força dentro do Estado. Por isso, logo que se os burgueses republicanos, que se achavam à testa do governo, sentiram pisar em terreno sólido, seu primeiro impulso foi desarmar os operários. Para conseguí-lo, forçaram a precipitada insurreição de junho de 1848, por meio da violação aberta da palavra empenhada, lançando aos operários um desafio direto. O governo havia tomado medidas para garantir uma esmagadora superioridade de forças. Depois de 5 dias de luta heróica os operários sucumbiram” (*A Guerra civil na França* - introdução).

4. Engels: “Se o proletariado não estava ainda em condições de governar a França, a burguesia já não podia continuar governando. Pelo menos naquele momento, em que sua maioria era ainda de tendência monárquica e se encontrava dividida em três partidos dinásticos e um quarto, republicano. Suas discrepâncias internas permitiram ao aventureiro Luís Bonaparte apoderar-se de todos os postos de mando e liquidar, a 2 de dezembro de 1851, o último baluarte da burguesia: a Assembléia nacional. Assim começou o Segundo Império. (*Guerra Civil* – introdução de Engels)

4. Engels: A História demonstrou claramente que o estado de desenvolvimento econômico no continente ainda estava muito longe do amadurecimento necessário para a supressão da propriedade capitalista. (...) O que significa que essas bases tinham ainda, em 1848, grande capacidade de expansão. (...) A reação imperial de 1851 forneceu uma prova da imaturidade das aspirações do proletariado dessa época. Entretanto, ela mesma devia criar as condições nas quais aquelas aspirações não podiam deixar de amadurecer. (Engels - introdução *As Lutas de Classes na França*)

**Nesta edição:**

- Bolívia: Artigos do jornal Masas boliviano

**Artigos do Cerqui  
Comitê de Enlace  
pela Reconstrução  
da IV Internacional**



**Bolívia:**

**Basta de Mentiras e Chacotas Eleitorais**

A população disse a gritos que está com nojo do parlamentarismo putrefato. Seu desejo é que os parlamentares sejam eliminados, porque são imorais, que ganham somas fabulosas esquentando os assentos com seus traseiros. A fúria das massas cresce a cada dia diante das palhaçadas de senadores e deputados imbecis e analfabetos.

Novamente as massas estão ensinando que o governo burguês e o capitalismo são anões que não podem mais crescer.

O que significa isso?

Os explorados e oprimidos não se cansam de ganhar as ruas e as estradas, expressando assim e com uma tenacida-

de admirável que estão cansados da ordem social imperante e de seu governo.

Isso quer dizer que buscam uma outra sociedade, na que não impere a opressão e a exploração, quer dizer, poder trabalhar e comer.

A atual crise econômica, que é estrutural e envolve todo o sistema capitalista mundial, é destruidora da sociedade humana. Os fatos demonstram que já não tem remédio. A destruição da sociedade em que vivemos acabará empurrando-a para a barbárie.

Temos que evitar isso, agora!

As massas nos dizem gritando:

Não suportamos mais a fome e a opressão, lutaremos até ver o capitalis-

mo sepultado!

A Revolução está aqui!

Resumindo: As massas, com sua atitude cotidiana, demonstram que rechaçam o capitalismo, por significar para elas a extrema-miséria e fechamento das fontes de trabalho.

Esse rechaço da sociedade atual pelas massas, obriga o Partido Operário Revolucionário a se preparar devidamente para que oportunamente elabore as consignas precisas, capazes de transformar o instinto comunista dos explorados em consciência, em política revolucionária, em vitória.

(extraído do jornal "Masas" boliviano nº 1954 de 01/07/2005)

**Os Falsos Esquerdistas**

Por PUCO PUCO

Como dizemos, Bolívia é um país capitalista atrasado, dependente da Embaixada dos Estados Unidos. Com 75% de analfabetos absolutos e funcionais, estes últimos são presas fáceis de enganos e de submetimentos, em outras palavras, são rebanhos bondosos de fácil convencimento e utilização. O cachorro exerce um controle forte sobre as ovelhas, as mantém rigidamente disciplinadas, aquelas que fazem comer dia após dia sem nenhuma réplica.

A fábula acima foi repetida na cidade de El Alto, entre o governo burguês de Carlos D. Mesa e os movimentos sociais do campo e da cidade.

É lá onde alguns cães humanos, como Abel Mamani, Patana e Choque, são muito habilidosos para enganar as massas althenas e as massas camponesas

de quem vão servindo-se para seus próprios fins, ou seja, que estão montados no mesmo cavalo de Evo e do Mallku.

**Quem se Vangloria de ser "Esquerdistas"**

Quem são os que se auto-proclamam, ou se colocam sobre o verbete "esquerdistas"?

Juan sem Medo (honorável Prefeito de La Paz), Jaime Paz Zamora (ex-presidente da Bolívia), Evo Morales (líder do MAS), Santos Ramirez, Pepe-Lucho (Prefeito de El Alto), Andrés Soliz Rada, Carlos Mesa, o senhor Aguilar (reitor da UMSA - La Paz), os presidentes das Juntas Vicinais, que não são homens ou partidos de esquerda, são falsos socialistas, pois são indivíduos que se enriquecem roubando e assaltando os Cofres do

Estado, vivem em jaulas de Ouro, forrados com milhares de milhões de dólares roubados, seus atos demonstram que não são de esquerda, mas da direita oportunista, demagógica e com tinturas fascistas, são capangas das multinacionais e do imperialismo.

**Quem são os Verdadeiros Esquerdistas?**

São aqueles que não têm nada para comer, ou seja, todos os pobres, operários e camponeses empobrecidos, aqueles que carecem dos meios de produção, que são os verdadeiros marxistas, cujo único mentor é o Partido Operário Revolucionário, que é a única organização partidária de esquerda que ostenta a verdadeira política e teoria marxista-leninista-trotskista.

## **Por que anseiam formar uma Frente Ampla?**

É porque não querem deixar sua galinha dos ovos de ouro, dos quais extraíram e continuam a extrair milhões e milhões, por isso é que Evo Morales e Juan sem Medo se uniram.

## **Que Pretendem os Líderes das**

# **Como se tomará o poder político?**

Reiteramos que se deve descartar o caminho das eleições, o eleitoralismo é uma criatura da constituição política e da ordem imperante, o que demonstra que é uma criatura da burguesia, da grande propriedade privada dos meios de produção. No marco das leis burguesas imperantes resulta inconcebível a revolução social, que a esta altura do desenvolvimento da sociedade capitalista quer dizer que o proletariado, à cabeça da nação oprimida pelo imperialismo, tem de derrubar a burguesia para impor a ditadura operária e materializar a libertação dos oprimidos e explorados. Os serviços da sociedade burguesa dizem em sua resposta que também os marxistas-leninistas-trotskistas (militantes po-

## **Juntas Vicinais?**

Buscam benefícios pessoais e almejam ser futuros parlamentares, congressistas, vereadores, prefeitos e até, quem sabe, presidente da república. Tudo isso porque pertencem à camada da pequena-burguesia.

A pedagogia de todos estes dirigentes é entrar para o clube dos la-

ristas) passaram pelo parlamento burguês. Nosso esclarecimento: o fizeram quando as massas estavam enganadas na ilusão de que seus problemas seriam superados pela ação patriótica dos membros do legislativo.

Os membros do bloco mineiro parlamentar materializaram o objetivo de converter seus mandatos em tribuna revolucionária, a fim de eliminar as ilusões legalistas e organizar e dirigir as massas rumo à revolução social. Isso quer dizer impulsionar as massas rumo à luta insurrecional, única maneira de abrir o caminho para o comunismo.

Na atualidade, as massas bolivianas vêm se levantando contra o legislativo, apregoam a gritos vivos que os deputados

drões, para assegurarem um posto de trabalho bem remunerado. Não pensam em favorecer os despossuídos.

O único caminho assinalado, certo, ainda que sacrificado, é a revolução social. A guerra da Luta de Classes. Não existe outro.

*(extraído do jornal "Masas" boliviano n° 1954 de 01/07/2005)*

e senadores são uma quadrilha de imbecis e ignorantes, preocupados em defender seus salários de 20 mil bolivianos por mês.

Sem ilusões democráticas, as massas se organizam na luta ao redor de unidades de companheiros valentes e inteligentes, assim põem em pé os órgãos de poder, que permitirão que exista a ditadura proletária, para materializá-la é preciso empunhar as armas e derrubar a burguesia.

*(extraído do Masas boliviano n° 1954, de 01/07/2005)*

# **Atenção! A burguesia e esses outros são os inimigos, que converteram a Bolívia em colônianque:**

# **Rodrigues e Mesa são burgueses, entreguistas e esfomeadores, a serviço do imperialismo, das multinacionais, das empresas petrolíferas. Esses inimigos da Bolívia, dos bolivianos, são uma M...**

O governo cambaleante vem se movendo publicamente como instrumento dócil da embaixada norte-americana (o embaixador vice-rei é o verdadeiro presidente do país) e das poderosas multinacionais.

Sua última novidade: Rodrigues e sua quadrilha vêm se movimentando sutilmente para consumir, o mais breve possível, sua manobra eleitoreira para eleger os supostos condutores do país (Presidente e vice do Poder Executivo,

deputados e senadores, governadores, constituintes, autonomistas etc.) palhada que pretendem apresentar nada menos como a Refundação da Bolívia.

As leis e os governantes (expressão cabal da grande propriedade privada burguesa, cimento de nossa desgraça, da descomunal crise econômica que nos esgota) garantem que tudo o que ponham em pé as eleições de tudo imaginável terá a finalidade central de manter-nos a opressão e exploração das multinaciona-

is, de meter-nos no processo de cair na barbárie, de continuar sendo oprimidos e explorados pelas empresas poderosas que saqueiam os recursos naturais. Não se pode esquecer que os bolivianos rechaçamos as farsas eleitorais e manobras ianques. Rechaçamos que com a ajuda das eleições nos escravizem!

*(extraído do Masas boliviano n° 1954, de 01/07/2005)*